

BASES PARA O ESTABELECIMENTO DA RESERVA PATAOXO (*)

Pedro Agostinho
(Universidade Federal da Bahia)

ANTECEDENTES

A questão de uma reserva destinada aos Pataxó de Barra Velha começou a ser publicamente discutida em 1971, quando apareceram em jornais notícias sobre as precárias circunstâncias que o grupo enfrentava. Dois ou três anos antes principiara a trabalhar entre eles Rogério Fernandes Dias, que, vinculado à FUNAI e ao IBDF, chamou a atenção dos dois órgãos para a situação encontrada. Responsável a FUNAI pelos índios e o IBDF pelo Parque do Monte Pascoal, onde se encontra a aldeia, disputavam entre si sobre o direito àquelas terras, sobre se a elas teriam acesso os indígenas ou se deveriam prevalecer os propósitos conservacionistas. Nesta última hipótese, os Pataxó teriam de ser transferidos, por serem considerados incompatíveis com a preservação de um conjunto de ecossistemas supostamente intocados por ação humana. No entanto, já desde antes da criação do Parque uma população de índios e nacionais ali se instalara, plantando roças nas áreas de floresta.

Enquanto se arrastava a disputa burocrática, optou o IBDF por vetar qualquer atividade econômica dentro do Parque, e sua guarda passou a impedir que os índios extraíssem piaçava para venda, ou caçassem e plantassem para consumo. Quando o tentavam, a repressão era certa e violenta: foram por vezes corridos a tiro, e as roças furtivas sumariamente arrancadas se descobertas. Só lhes restou como último recurso de subsistência — este não perturbado — a coleta de mariscos e de caranguejos num mangue próximo; se havia excedente, era ele trocado por farinha nas redondezas, e por um mínimo de produtos industrializados: em especial fósforos, querosene e sal. Para adquirir roupa, sempre escassa, assalariavam-se intermitentemente nas fazendas, apresentando o município do Prado o mercado de trabalho mais favorável. Era, assim, de miséria o quadro geral, pela supressão ou ausência de alternativas econômicas.

(*) Comunicação lida no Seminário *A Pesquisa Etnológica no Brasil* (Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 21-23 de junho de 1978).

Envolvido no conflito de interesses, Fernandes Dias tomou o lado dos índios, desligando-se do IBDF em favor da FUNAI, mas com isso passou a sentir-se impedido de morar na aldeia e até de a visitar com frequência, temeroso, segundo ele, do que sucederia num encontro com os vigias florestais. De longe, sua atuação não teve o efeito que deveria ter, e a isso se juntou a mal avisada tentativa de solucionar a penúria econômica orientando os indígenas para a pesca em alto-mar. O despreparo técnico resultou em naufrágio, com perda total de homens e bens, e o trauma em Barra Velha foi tal que essa atividade é hoje, de todas, a de menor possibilidade de êxito se for retomada. Assim, tudo voltou a como antes estava, e esse primeiro chefe do Posto Indígena foi afastado.

Livre dos atritos pessoais com a guarda, o substituto de Fernandes Dias fixou-se na aldeia, animando esta presença os Pataxó a tentar, novamente, abrir sua roças nas capoeiras. Como não houve reação, estabeleceu-se tácito compromisso, com os índios plantando moderadamente e o pessoal do IBDF eximindo-se de intervir. Em dezembro de 1971 nossa ida ao campo facilitou o encontro do encarregado do Posto com o chefe dos guardas, e as conversações de que participamos permitiram um acordo informal e provisório, pelo qual nada se modificaria antes de solucionar definitivamente o problema de terras. Seguiram-se mais tarde a construção da sede do Posto, com uma pequena farmácia e um rádio-transmissor que rompeu o isolamento, e as visitas da equipe médica da FUNAI. Com isso, cresceu a segurança e encetou-se um processo de reorganização, com o regresso de muitos Pataxó que se achavam dispersos pela região, sendo esta imigração a principal responsável pelo incremento da população. Ao mesmo tempo, a equipe do "Projeto de Pesquisa sobre as Populações Indígenas da Bahia" intervinha ajudando materialmente os índios e interessando a FUNAI, a imprensa e a opinião pública em favor deles.

Numa linha de preocupações em que ao trabalho científico procuramos associar a participação ativa na política indigenista, conduzimos em 1971 a já citada pesquisa de campo, que teve caráter exploratório e se destinou a recolher elementos preliminares para o estudo intensivo desse subsistema indígena, que é também camponês. Num primeiro relatório, abordamos os aspectos de ordem ecológica, social, histórica e legal capazes de explicar a localização do grupo e de justificar sua permanência ali, por ele sempre desejada; e examinamos a viabilidade e conseqüências de uma possível transferência (Agostinho *et alii*, 1972). Na segunda fase da investigação, planejada e levada a cabo entre 1975 e 1977, foi privilegiado o nível econômico do subsistema, por essencial ao entendimento de seu funcionamento interno e de sua articulação com a sociedade mais ampla (Carvalho, 1977). Sobre esse estudo está sendo agora pensada uma política adequada à realidade de Barra Velha em seu contexto regional. Primeiro passo de tal política é o cálculo e delimitação da reserva,

meio de produção básico do qual depende a existência dos Pataxó como entidade coesa e socialmente operante. Foi por isto que, ao reunir-se em 1975 a comissão incumbida pela FUNAI de indicar os limites do futuro território indígena¹, propôs Carvalho adiar as deliberações até ao final de seu trabalho de campo, pois só então haveria dados suficientes para efetuar cálculo referido. Este acaba de ser submetido à FUNAI, como proposta, acompanhado da indicação precisa dos acidentes naturais em que se terão de apoiar as linhas demarcatórias. São os fundamentos dessa proposta o que aqui apresentamos.

LOCALIZAÇÃO DA RESERVA

Nó extremo sul da Bahia, o ponto de fixação dos Pataxó revelou-se resultado de fatores ecológicos bem definidos, que desde o século XIX condicionaram o tipo e a dinâmica das frentes de expansão da sociedade nacional². Essa parte do Estado era, originalmente, dominada por florestas tropicais úmidas, só bem perto do mar substituídas pela vegetação dos mangues, das praias e das restingas, instalados nos sedimentos quaternários do litoral. A oeste, ao invés dos solos é o clima *Aw*, com estação seca bem marcada, que aparece como fator limitante daquelas florestas, adaptadas aos tipos climáticos *Af* e *Am*; estes dispõem-se em faixas estreitas e paralelas à costa, de norte a sul, cuja umidade decresce com o afastamento do oceano, refletindo-se, respectivamente, na incidência da floresta latifoliada tropical perene e da floresta tropical subcaducifolia. Sob essa aparente unidade, solos de origem sedimentar ou cristalina estabelecem diferenças fundamentais quanto a seu potencial agrícola em uma economia de mercado.

O potencial maior é o dos solos cristalinos, que predominam para o interior e só perto de Ilhéus atingem o litoral, onde coincidem com os maiores índices pluviométricos do sul baiano. A combinação de altas precipitações e de solos profundos, ricos em nutrientes e com blocos de rocha que ajudam a reter umidade, é ideal para a monocultura do cacau. Já os solos dos sedimentos da série Barreiras, pobres e arenosos, excluem, não obstante o mesmo clima, o plantio de cacauais. Em lugar deles, tornam-se possíveis a pequena lavoura de subsistência, a pecuária extensiva e a extração de matérias florestais, com sua mais modesta demanda de mão-de-obra. Detido a norte, a sul e a leste pelo terciário, ou pelo quaternário litorâneo, o cacau prolonga-se absoluto para ocidente enquanto perdura o clima *Af*, mas o clima *Am* conduz à sua combinação com a pecuária nas chamadas fazendas mistas, vindo o gado a substituí-lo interamente quando se instala o clima *Aw*. A zona cacauera define-se assim como grande área trapezoidal, cuja base menor é marcada pela costa, e maior pela estação seca do planalto.

Os diferentes potenciais econômicos e seu efetivo aproveitamento foram responsáveis pela força e seqüência da ocupação daquelas áreas por várias

frentes expansionistas, e pelas densidades demográficas que disso resultaram. Os espaços propícios à monocultura foram primeira e violentamente tomados, com a extinção de quase todos os grupos indígenas que nelas havia, só depois passando as frentes a onde estão hoje as fazendas mistas, e secundariamente, aos tabuleiros meridionais. Entre fins da década de 1960 e começos da seguinte, a incontrolada atividade madeireira, seguida de perto pela pecuária e agora pela especulação imobiliária e turística, fizeram com que fronteira demográfica e fronteira econômica se sucedessem rapidamente, instalando nos tabuleiros emergente zona pioneira (v. a respeito Oliveira, 1967: 55-7). Vê-se, deste modo, o sul do Estado como composto principalmente por um núcleo de povoamento antigo (c. 1860-1930), cercado de áreas periféricas posteriormente povoadas. Generalizando, diríamos que tempo de ocupação e densidades demográficas estão na razão direta do potencial cacauero, em virtude das exigências de mão-de-obra que dele dependem. E isto é decisivo para explicar a sobrevivência, localização e características do remanescentes indígenas, que se reduzem a apenas três concentrações: a dos Pataxó de Barra Velha, a dos Postos Caramuru e Paraguassu, e a, pouco conhecida, da vila de Olivença.

De Olivença, sabemos que os indígenas estariam totalmente assimilados, que seu número seria de alguns milhares (Kietzman, 1967:50), e ainda que teriam perdido a identificação étnica, embora sem ignorarem sua ascendência. Já nos Postos Paraguassu e Caramuru a identidade étnica persiste, apesar da desorganização que sofreram os três grupos que ali habitavam, proletarizando ou lançando à prostituição a maioria dos indivíduos recenseados em 1976 (Paraíso, 1976). Desapareceram quaisquer vestígios aparentes das culturas e da maioria das línguas nativas, e restando apenas uma única falante, muito velha e senil, do Pataxó Hãhãhã, mas os índios continuam discriminados enquanto tal. Em Barra Velha acha-se o maior contingente indígena do sul do Estado, que, com 666 indivíduos em 1977, continua a funcionar integradamente, tendo adotado a língua e as formas de organização da sociedade envolvente, sem com isso perder sua identidade contrastiva: manteve, no entanto, alguns elementos lingüísticos e culturais, de que se vale em parte para afirmar aquela identidade.

Comparativamente examinadas, essas três concentrações parecem revelar-se como fases de um *continuum*, que seria o da integração das sociedades indígenas à sociedade nacional. Sobre o quartenário do litoral, ao sul do principal porto da região e na faixa mais demoradamente ocupada pelos brancos, os índios de Olivença teriam sobrevivido, assimilando-se, simultaneamente em razão do pouco valor de suas terras e da duração e intensidade do contato. Nos terrenos cristalinos do interior, mas na transição entre os climas *Am* e *Aw*, no domínio das fazendas mistas com suas mais baixas densidades demográficas, já quase fora do alcance do cacau e das superiores densidades da zona monocultora, as populações dos Postos Caramuru e Paraguassu representariam um termo intermédio.

Aqui, a manutenção da identidade e da discriminação étnicas, a perda praticamente completa das terras e a decorrente desorganização social são conseqüência do processo competitivo que se estabeleceu entre os índios e uma população regional bastante densa, que atingiu a área tardia mas intensamente atraída pelo potencial nela existente. Por fim Barra Velha, na restinga e nos tabuleiros da série Barreiras, conserva uma vida grupal organizada e a maior população etnicamente definida como índia exatamente onde, pelo baixo potencial agrícola e o afastamento dos centros urbanos, menor é a densidade demográfica da etnia nacional. Isso permitiu o isolamento e a moderada interação que respondem, mas não inteiramente, pela atual situação dos Pataxó, pois há alguns fatores históricos a considerar.

A fragmentária documentação histórica garante hoje a certeza de que a iniciativa de criar a aldeia junto à Barra Velha do Rio Corumbáu data de um ato do Governo provincial, em abril de 1861 (Doria, 1861). Tinha ele por objetivo colocar os índios num sítio onde, liberando as florestas da vila do Prado para a colonização, permanecessem acessíveis a uma catequese que os transformasse em reserva de mão-de-obra (Pinto, 1861:36; Chaves, 1861:70). De 1861 a 1941 o avanço colonizador continuou, e nesse último ano eclodiu um levante indígena, insuflado por nacionais vindos do Rio de Janeiro (*"A Tarde"*, 1951). Arrasado o aldeamento na repressão, os Pataxó fugiram e se dispersaram, mas fotos aéreas de 1957³ mostram algo importante: sobre o tabuleiro, inúmeras roças atestam a pressão exercida pelos "brancos", provavelmente do interior para o mar; mas na sua base vêem-se, em testemunho de um reagrupamento dos índios, casas reconstruídas no lugar da aldeia. Se nas origens do conflito e da fuga esteve a competição por terras, também ela foi fazendo refluir os Pataxó para sua antiga posição: do que dizem as fotos e os nossos informantes, conclui-se ser Barra Velha o único nicho que no Extremo Sul ainda restava. E assim mesmo, na fímbria do tabuleiro e já sobre as areias costeiras — isto é, onde quase não havia possibilidades agrícolas.

Com a criação do Parque em 1960, índios e posseiros nacionais foram desapropriados, mas só os segundos puderam ser expulsos; os outros, apegaram-se tenazmente àquelas terras, no que parece um reforço à conclusão a que chegamos.

Se o IBDF prejudicou diretamente os Pataxó, tentando afastá-los, em última análise acabou por protegê-los, pois fez recuar e deteve, para além dos rios Caraiva e Corumbáu, as frentes regionais de penetração. Não fosse isso, e elas teriam acabado por dispersá-los de vez.

Contando somente a população não-índia, o Parque Nacional deve ter uma das menores densidades de município de Porto Seguro, mas este, com 9,46 hab./Km², apresentou um incremento de 54,04% entre 1960 e 1970: quer isto dizer que, se as circunstâncias dentro do Parque eram favoráveis

aos índios, no contexto municipal acontecia o contrário. É à luz disto que a questão da transferência tem de ser analisada, porque mostra ser hoje o Parque uma área de refúgio”⁴.

Duas propostas houve no sentido de transferí-los. Uma queria destinar-lhes como reserva terrenos imediatamente ao norte de Caraíva, ainda no município de Porto Seguro, e a outra levá-los para o município de Santa Cruz Cabralia. Em ambos os casos eram negativas as condições encontradas, ou pela presença de posseiros que teriam de ser indenizados, e que acabariam por voltar a competir com os indígenas, ou pela pobreza dos solos, ou ainda pela ausência de um mangue onde obtivessem proteína animal. Mas a pior alternativa — que chegou a ser a mais provável — era a de Santa Cruz Cabralia: aí, para uma densidade de 10,34 hab/Km.² na data final, verificou-se o avassalador incremento de 155,86% entre 1960 e 1970, crescendo, no mesmo período, 157% o número de mãos entregues à agricultura.

Em qualquer das hipóteses, transferir seria submeter os índios a competição desigual, e condená-los à própria extinção.

Constatada assim a necessidade de que os Pataxó continuem em Barra Velha, resta apontar o respaldo legal que para isso há. Os documentos compulsados (Doria, 1861; Pinto, 1861; Castro e Almeida, 1913:241) eliminam as dúvidas quanto a ter sido a terra destinada aos índios, oficialmente, a partir de 1861, e em 1892 a aldeia figura numa lista de povoados da costa (Carvalho, 1977: 83). Isto punha-a, por conseguinte, ao abrigo do artigo 216 da Constituição de 1946⁵ quando, em 1960, foi criado o Parque Nacional, que é inconstitucional na origem, como inconstitucional é a ação do IBDF quando contesta aos Pataxó seu direito adquirido. Este não é prejudicado pelas novas Constituições, nem pelo artigo 20 do Estatuto do Índio, que rege a transferência de grupos indígenas.

CÁLCULO DA ÁREA RESERVADA

Para efeitos do cálculo das terras necessárias à reserva Pataxó, do sistema econômico destes índios consideraremos apenas o que interessa à utilização agrícola do solo. Quando foram estudados (Carvalho, 1977), cultivavam pequenas roças de subsistência, cujo excedente, se existia, não ultrapassava as relações de mercado interiores à aldeia, sendo o mercado externo atingido por outros meios — venda de artesanato e de força de trabalho —, embora de modo muito precário. O exame aerofotogramétrico do território submetido à exploração econômica mostrou haver um equilíbrio duradouro entre as exigências da população e as áreas onde exerce a coleta (vegetal e animal), a pesca, a criação e a caça esporádica, e que essas áreas, concentradas a oriente, encontram-se já dentro do espaço que ela efetivamente trabalha. E ainda que as matas e capoeiras

próprias para agricultura eram raras a leste e aumentavam para ocidente, até dominarem por completo a paisagem. Na época da pesquisa, a capacidade de carga do ambiente garantia aos 666 habitantes a possibilidade de serem sedentários, mesmo se praticassem pousios ideais, de trinta anos de duração, embora na verdade as roças fossem abandonadas só por 5 anos, o que levaria ao empobrecimento irreversível dos solos.

Para estimar a superfície da reserva não basta, entretanto, contar com o contingente humano atual, tendo-se que computar seu provável incremento num período razoável de tempo, e, ainda, que decidir pela conveniência ou não de produzir comercialmente nas roças. Estipulamos como período mínimo para a projeção demográfica o correspondente, de forma aproximada, a uma geração, e optamos para excluir a produção, nas roças, de um excedente para mercado. E isto porque dispomos de elementos que parecem indicar que, se a técnica de coivara está bem adaptada às condições tropicais no contexto de economias de subsistência, ela é incompatível com a economia de mercado. Nesta, a produção de excedentes para venda desemboca, na prática, no que equivale a um aumento da densidade demográfica local, com o perigo de exceder a capacidade de carga dos espaços cultivados. No caso de ser impossível alargá-los indefinidamente — como acontece em Barra Velha —, a única alternativa é reduzir o tempo de pousio e com isso prejudicar a refertilização do solo.

Assim, foi o espaço agrícola requerido pelo consumo da futura população da Reserva que determinou sua área total e os respectivos limites.

Entre 1975 e 1977, o território pataxó estendia-se entre os rios Caráiva e Corumbáu, desde o Atlântico até uma linha hipotética, disposta, no sentido dos meridianos, aproximadamente 10422 m. do mar;⁶ e compreendia, além de mangues, praias e restingas, formações campestres e piaçavais situados sobre o tabuleiro, onde também ficam as matas. Continha ele um total de 2584 ha. capazes para a agricultura, e, se fosse o caso de aumentá-los, esse aumento teria que dar-se na direção oeste, pois a leste fica o oceano, e a norte e sul os rios que protegem a já referida "área de refúgio". Foi isso o que realmente ocorreu, como abaixo é demonstrado.

Em 1977, o sistema de agricultura local atendia a 666 indivíduos e precisava aproximadamente 0,3 ha./per capita/ano, produzindo as roças por três anos ininterruptos e devendo o pousio ideal ser de 30 anos. Para calcular o mínimo de terra para a presente população e para sua projeção,

aplicamos a fórmula $T = \frac{P \times A}{Y} \times (R + Y)$, em que T é a área

mínima para haver sedentariedade, P a população, A a área por habitante/ano, Y o tempo, em anos, de produção sem abandono, e R o número

de anos pousio (Carneiro, 1956). Nessas condições, os 2197,8 ha. necessários no momento estavam contidos nos 2585 ha. disponíveis.

Mas há que contar, como dissemos, com o incremento demográfico. Na falta de estatísticas contínuas, admitimos aprioristicamente um incremento de 3% ao ano durante a próxima geração, ou, para facilitar a estimativa, durante os próximos 23, cinco anos, em que a população duplicaria. Assim, tomando 1977 como base, no ano 2001 haveria 1332 Pataxó em Barra Velha, 4395,6 ha. para subsistência. Como a segurança adquirida com o apoio da FUNAI e da Universidade Federal da Bahia gerou um movimento de reconcentração em torno da aldeia, responsável por grande parte do incremento verificado entre 1971 e 1977, que foi de 273 para 666 indivíduos (13,95% a.a.), teve de entrar no cálculo da área definitiva aquilo que denominamos "margem de reorganização", fixada arbitrariamente em 20% da população projetada. Deste modo, para os 1598 habitantes que estimamos para 2001, tornam-se indispensáveis 4274,12 ha., ou, arredondando, 5300 ha. de terrenos agrícolas, a serem somados aos que, com outra utilização, já se encontram ao alcance da economia Pataxó. Havendo apenas, como vimos, 2585 ha disponíveis entre o mar e o extremo oposto do atual território, verifica-se um déficit de 2715 ha., que terão de ser buscados deslocando 4752 m. para oeste seu limite ocidental.

Sobre estes dados, foi-nos então possível elaborar a proposta de delimitação da Reserva Pataxó, que procuramos apoiar em acidentes naturais fáceis de reconhecer e defender, evitando, ao máximo mas nem sempre, os custos e a vulnerabilidade da demarcação por linhas secas imaginárias. Ficou ela então definida, a ocidente, por uma linha seca norte-sul entre os rios Caraíva e Corumbáu, a qual dista 15174 m. do mar, medidos sobre um paralelo que, partindo da praia, atravessa a aldeia de Barra Velha; a norte, pelo rio Caraíva, desde sua intersecção com essa linha até onde o rio inflete para nordeste, antes de desaguar, e daí por outra linha seca dirigida de oeste para leste até ao Atlântico; a oriente, pelo oceano, entre esse último ponto e a foz do Corumbáu; e a sul, pelo mesmo rio, de sua barra ao lugar em que reencontra o limite de ocidente.

CONCLUSÃO

Com a anterior argumentação, antropológica e legal, contribuímos para sustar até agora a remoção da aldeia, e defendemos que ali se deva fazer um projeto experimental de política indigenista, que possuiria, nessa Reserva delimitada por métodos seguros e objetivos, sua indispensável base territorial, com recursos para subsistência e participação no mercado. Tal política teria o objetivo imediato de melhorar as condições materiais do grupo, sem com isso conduzir ao agravamento de sua dependência, e, a prazo maior, o de lhe transferir a gestão de seus próprios assuntos, e per-

mitir um relacionamento mais simétrico com a sociedade abrangente. Assentaria, essa política, numa tecnologia de baixo consumo de energia oriunda de fontes externas à Reserva; numa dieta proveniente de agricultura de coivara dirigida inteiramente ao consumo interno, e de coleta, pesca, caça e pequena criação; e ainda numa produção para mercado obtida pela arboricultura e extração de piaçava nas áreas de tabuleiro com baixa capacidade agrícola. Com essa exploração complementar dos diferentes potenciais do ambiente reduzir-se-ia o impacto sobre este, permitindo ao subsistema local produzir e reproduzir-se por tempo indefinido. Prescindindo ao máximo de energia vinda de fora sob a forma de alimentos e combustível, decrescerá o grau de sua sujeição às flutuações de mercado; e o mesmo acontecerá se a produção garantir internamente o mínimo calórico e parcela ponderável do fundo de manutenção (v. Wolf, 1970). Não sendo essenciais à sobrevivência as mercadorias compradas, adquirirá elasticidade a economia grupal, absorvendo aquelas flutuações e resistindo à tendência camponesa de, sob as pressões de mercado, vender mais quando o preço é mau, para, nas baixas das safras, ter acesso ao mínimo de moeda indispensável (Kula, 1974). Por fim, não provindo de reais ou forçados excedentes alimentares as mercadorias vendidas, ficará protegido o nível de nutrição do grupo, ainda que as quedas de preços obriguem a vender maior quantidade dos produtos de rendimento. E com uma economia organizada nesses termos, procuramos evitar que os Pataxó se vejam obrigados ao trabalho assalariado nas fazendas.

Desta forma, excluimos como princípio aceitável de qualquer política indigenista hipóteses que levem à proletarização do índio, quer individual, pela oferta de sua força de trabalho no mercado envolvente, quer organizada, pela instalação em suas reservas de empreendimentos oficiais de cunho empresarial.

NOTAS

1) Designada pelo Presidente da FUNAI, Gal. Ismarth de Arakjo Oliveira, esta Comissão examinou as propostas anteriores formuladas pelo IBDF e FUNAI, mas teria de apresentar suas próprias sugestões. Compôs-se do Dr. Renato Aragão, Delegado do IBDF em Salvador; Cel. Clodomiro Bloise, Delegado da XI Delegacia da FUNAI (Governador Valadares); Prof^a Maria Rosário Gonçalves de Carvalho, do "Projeto de Pesquisa sobre as Populações Indígenas da Bahia" (Convênio FUNAI-UFBA); e do Engenheiro Ariovaldo Chagas, do IBDF.

2) Até ao século XIX, a colonização limitou-se a estreita faixa costeira, com esparsos núcleos populacionais tendentes a localizar-se nas fozes dos rios. Apesar de tênue, já no início desse século ela extinguiu ou aculturara por completo os índios da costa, de origem Tupi (v. Wied-Neuwied, 1958), intensificando então a penetração do interior.

A discussão que segue refere-se a esta segunda etapa, que aumenta de ritmo de 1860 em diante, e em relação a ela devem entender-se os argumentos.

3) V. Petrobrás, 1957: *Bacia sedimentar Bahia-Espírito Santo — Área Aracruz-Una* ((Ser. Aerofotogr. Cruzeiro do Sul Fotoíndice, 0-146, fl. 09). Fotos 3888-3899, 5055-5059. Esc. aprox. 1:25.000.

4) Essa característica do Parque salta à vista nos levantamentos aerofotogramétricos recentes, em que ele, coberto de matas, contrasta com a paisagem circundante, pontilhada de roças e pastagens (v. Serv. Aerofotog. Cruzeiro do Sul, Proj. 0-281, jan. 1974/fev. 1975; e mosaico do Projeto Radam).

5) "Será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se acham permanentemente localizados, com a condição de não a transferirem".

6) As medidas lineares e de superfície são aproximadas, quando referidas ao terreno, por serem feitas sobre *overlays* de interpretação aerofotográfica, para os quais não houve controle planimétrico. Usamos a cobertura Serv. Aerofotogr. Cruzeiro do Sul, Projeto 0-281, fotos 03169, 03170, 03171, 2599, 2600, 2601 (Jan. 1974 fev. 1975), à esc. aprox. 1:108.000.

Medimos as áreas pelo método da quadrilha.

BIBLIOGRAFIA

AGOSTINHO, Pedro, *et alii*

1972 — *Identidade e situação dos Pataxó de Barra Velha, Bahia*. Salvador, PPPIB-UFBa. (Ms.)

1974 — Identificação étnica dos Pataxó de Barra Velha, Bahia. *In memoriam Antônio Jorge Dias*. vol. II, p. 393-400. Lisboa, I.A.C. — J.I.U.

BRASIL, IBGE

1971 — *Sinopse preliminar do Censo Demográfico (Bahia)*. VIII Recenseamento Geral 1970. Rio de Janeiro, IBGE.

BRASIL, MINTER-FUNAI

1975 — *Fundação Nacional do Índio/FUNAI/Legislação*. Brasília, Min. do Interior-FUNAI.

CARNEIRO, Robert L.

1956 — Slash-and-burn agriculture: a closer look at its implications for settlement patterns. *Selected papers of the Fifth International Congress of Anthropological and Ethnological Sciences*. A.F.C. Wallace (ed.). Philadelphia.

CARVALHO, Maria Rosário Gonçalves de Carvalho

1977 — *Os Pataxó de Barra Velha. Seu subsistema econômico*. Salvador, Pós-Graduação em Ciências Humanas da Un. Fed. da Bahia (Diss. de Mestrado)

CASTRO E ALMEIDA, Eduardo (org.)

1918 — *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa — V — Bahia, 1801-1807*. Rio de Janeiro, Off. Graphics da Biblioteca Nacional.

CHAVES, José Augusto

1961 — *Fala que, recitou na abertura d'Assembléia Legislativa da Bahia, o Vice-Presidente da Província... no dia 19 de setembro de 1861*. Typ. de Antonio Olavo de França Guerra.

DORIA, Joze Jacome

1861 — *Ofício do Diretor Geral dos Índios, interino, ao Cons. Antônio da Costa Pinto, Pres. da Província da Bahia*. Salvador, 25/4/1861. (MS).

KIETZMAN

1967 — Indians and Culture Areas of Twentieth Century Brazil. *Indians of Brazil in the Twentieth Century*. p. 3-51. Washington, Ints. for Cross-Cultural Research.

KULA, Witold

1974 — *Teoria económica del sistema feudal*. Mexico-Espanha-Argentina, Siglo Veintiuno.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de

1967 — Problemas e hipóteses relativos à fricção interétnica: sugestões para uma metodologia. *Rev. do Inst. de Ciências Sociais*, vol. 4, nº 1, jan./dez. 1967. Rio de Janeiro.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro

1976 — *Relatório sobre: História e situação da Reserva dos Postos Indígenas Caramuru e Catarina Paraguassu*. (Apresentado à FUNAI). Salvador, PPPIB/Convênio FUNAI-UFBA. (Dat.)

PINTO, Antônio da Costa

1861 — *Falla recitada na abertura d'Assebléia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província... no dia 1º de março de 1861*. Bahia, Typ. de Antonio Olavo de França Guerra.

TARDE, A.

1951 — Edições de 25, 28, 29 e 30 de maio; e do 1, 6, 7, 8 e 11 de junho. Salvador.

WIED-NEUWIED, Maximilian de

1958 — *Viagem ao Brasil*. São Paulo, Nacional.

WOLF, Eric R.

1970 — *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar.